



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
Secretaria de Estado das Cidades

Processo N° 16.433/24  
Rubrica 8 Fls. 91

E, por estarem assim justos e acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 01 julho de 2022.

**URUAN CINTRA DE ANDRADE**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES**

**CLÉZIO THADEU DE SOUZA DUTRA**  
**ALBERTO COUTO ALVES BRASIL LTDA**

Clézio T. de Souza Dutra  
Engenheiro Civil  
CREA 54089/D - RJ

TESTEMUNHA **BRUNO LEAL MALHEIROS**  
CPF: 032.541.377-01

TESTEMUNHA **RICARDO R. BORER JR**  
CPF: 058.710.057-56



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16433/2024

RUBRICA:  FOLHA: 32

*Comissão de Pregão II*

## DESPACHO

Nova Friburgo, 03 de julho de 2024.

À Procuradoria Geral Municipal

Processo Licitatório nº 1615/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90031/2024, **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de **ALUGUEL DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES E EQUIPAMENTOS**, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 1 (um) ano

### I. DO RELATÓRIO

Aberta a fase de habilitação da terceira sessão do pregão eletrônico nº 90.031/2023, foi solicitado a empresa vencedora, conforme a ordem de classificação, **SD ENGENHARIA LTDA**, o envio, através do sistema, da documentação de habilitação, nos termos dos artigos. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e especificadas no edital.

Quanto a habilitação técnica, dos atestados de capacidade técnico-operacional apresentados, apenas 02 (dois), foram considerados válidos para atendimento às exigências do edital, quanto ao quantitativo mínimo exigido da parcela de maior relevância (item 19.1.3 do edital), referentes aos serviços de locação, objeto desta licitação, ambos, prestados a empresa atestante, **CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, em períodos concomitantes atendendo ao disposto no item 19.1.4 do instrumento convocatório.

Considerando que os atestados apresentados eram os únicos que não possuíam averbação junto ao CREA, este pregoeiro na forma que dispõe o subitem 19.1.7 do edital, solicitou a empresa vencedora, cópia dos contratos que deram suporte à contratação, e as Notas Fiscais de faturamento.





SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

*Comissão de Pregão II*

A empresa **SD ENGENHARIA LTDA**, enviou em 03/06/2024, dentro do prazo estipulado por este pregoeiro, cópia dos contratos de prestação de serviços, recibos de pagamento, e comprovantes de depósito bancários no valor total de R\$ 1.617.448,07 (um milhão, seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sete centavos.), sem no entanto encaminhar as Notas Fiscais referentes ao serviços prestados. Desta forma este pregoeiro abriu novo prazo para que a empresa encaminhasse os referidos documentos fiscais, tendo a empresa ao final do prazo concedido, enviado Nota Fiscal de nº 373, com valor total de 1.752.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil reais), emitida em 03/06/2024 às 15:34:13, ou seja durante a sessão do pregão, referente aos serviços de locação de equipamentos, prestados a empresa **CONE ENGENHARIA**, discriminando no corpo da NF, o período de 12/11/2022 a 31/05/2024.

Em 06 de junho de 2024 pregoeiro encaminhou o os autos do processo licitatório, autuado sob o nº 1615/2024, na forma que dispõe o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 90031/2024, à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação jurídica, quanto ao caso em questão, suscitando as seguintes dúvidas, com o intuito de subsidiar sua decisão: (i) tendo em vista que, s.m.j., não existe previsão legal, para fins de qualificação técnica, da apresentação de notas fiscais para comprovação dos atestados de capacidade técnica, não obstante faculdade do pregoeiro de realizar diligências para verificar a fidedignidade dos documentos apresentados pela licitante, prevista no subitem 19.1.7 do edital, (ii) se a prestação do serviço sem a emissão de Nota Fiscal à época constitui eventual fraude ou apenas infração por descumprimento de obrigação acessória, visto que o documento fiscal foi emitido em 03/06/2024, (iii) se os documentos apresentados (contratos de prestação de serviço, recibos de pagamento e comprovantes de depósito bancários) se constituem em comprovantes de despesa e, portanto, se prestam a atestar a execução dos serviços, (iv) e se possuem valor probante.

Após análise dos autos a Procuradoria Geral se manifestou, sucintamente, concluindo o seguinte:

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

“Diante do informado, entende esta assessoria que deve ser verificada se o não cumprimento da obrigação acessória de emissão de nota fiscal foi falha eventual ou se constitui em verdadeiro *modus operandi* da empresa para se furtar do cumprimento de obrigações tributárias principais, de toda sorte, no caso em análise, apenas ter emitido a nota em 03/06/2024, ou seja, durante a sessão do pregão causa estranheza à esta acessória, fazendo com que os documentos apresentados, possuam, sua idoneidade questionável.”

Desta forma este pregoeiro com o intuito de dirimir às dúvidas que ainda permaneceram, mesmo após manifestação jurídica da PGM, solicitou a empresa licitante SD ENGENHARIA LTDA, o envio formal dos contatos da empresa atestante CONE ENGENHARIA E CONCTRUÇÃO CIVIL LTDA, para realização de nova diligência, os quais foram enviados em forma de documento, via sistema, durante a sessão pública.

Em nova diligência realizada por este pregoeiro, através de e-mail, desta vez direcionada a empresa CONE ENGENHARIA E CONCTRUÇÃO CIVIL LTDA, além de afirmar reconhecer os atestados, contratos e comprovantes de pagamento, a empresa diligenciada, justificou ainda, através de ofício, a dúvida quanto a emissão a destempo do Documento Fiscal em questão, encaminhando inclusive os Contratos Administrativos, firmados pela empresa junto a órgãos públicos nos quais haveria terceirizado o aluguel dos equipamentos junto a empresa SD ENGENHARIA LTDA.

Desta forma, visto que, entendeu este pregoeiro, que às justificativas apresentadas pela empresa CONE ENGENHARIA E CONCTRUÇÃO CIVIL LTDA, atendiam às questões levantadas pela Procuradoria Geral Municipal em seu parecer, e considerando ainda que a questão de eventual crime/fraude tributária, bem como a idoneidade dos documentos apresentados pela licitante, fogem às atribuições deste pregoeiro, e que s.m.j. esta comissão de pregão não possui no âmbito administrativo, ferramentas legais para apurar tais questões. Retendo-se apenas ao que concerne a comprovação da Qualificação Técnico-operacional da empresa, feitas todas às diligências julgadas pertinentes, para comprovar a efetiva prestação dos serviços, este pregoeiro e



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

equipe de apoio, subsidiados pelo parecer jurídico, decidiram pela aceitação dos atestados apresentados, declarando a empresa licitante, SD ENGENHARIA LTDA, habilitada no pregão em comento.

Em 18/06/2024 a empresa participante do certame, MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, através do escritório de advocacia Queiroz Advogados Associados, suscitou novas dúvidas quantos aos atestados apresentados pela empresa habilitada, os quais haviam passado, até então, despercebidos por esta comissão julgadora, quais sejam: (i) as empresas CONE ENGENHARIA E CONCTRUÇÃO CIVIL LTDA – LOCATÁRIA e a SD ENGENHARIA LTDA – LOCADOR, possuírem o mesmo endereço como sede – Rua Senador Dantas, nº 07, 10º andar, centro – Rio de Janeiro – RJ; (ii) a Sócia proprietária da empresa CONE ENGENHARIA E CONCTRUÇÃO CIVIL LTDA, e signatária dos atestados de capacidade técnica-operacional, apresentados no certame, Sra. ELZA MARIA MOREIRA DE ARAUJO DUTRA, é mãe do sócio proprietário da empresa SD ENGENHARIA LTDA, Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA, possuindo desta forma relação de parentesco; (iii) o Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA, atua como responsável técnico em ambas as empresas.

**II. DAS DILIGÊNCIAS**

Por todo o exposto, feitas as considerações acima narradas, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 90031/2024, à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação jurídica, quanto ao caso em questão, (i) sobretudo quando a existência de impedimento legal quando a emissão de atestados por pessoas jurídicas distintas mas com sócios com grau de parentesco, e (ii) se os indícios de inidoneidade levantados pela denunciante, quanto ao idêntico endereço de funcionamento de ambas as empresas e responsável técnico em



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 16433/2024

RUBRICA: 9 FOLHA: 96

*Comissão de Pregão II*

comum, juntamente com os demais fatos já diligências a esta procuradoria, podem ser consideradas provas indiretas ou indiciárias suficientes para determinar a falsidade dos atestados a luz do entendimento do TCU no Acórdão nº 917-Plenário.

Atenciosamente

  
**JONATHAN PINHEIRO CHAVES**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 16433

DIA 08/07/24

Folhas 11° 07 Rubrica 8

**Processo: 16.433/2024**

**Assunto: Impugnação à Habilitação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90031 de 2024 - Processo Licitatório n. 1.615/2024**

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Assuntos Administrativos;

## **I - DO RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação quanto à habilitação da empresa SD ENGENHARIA LTDA, nos autos do Pregão Eletrônico n. 90.031 de 2024 - Processo Licitatório n. 1.615/2024, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o serviço de ALUGUEL DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES E EQUIPAMENTOS, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 1 (um) ano.

Cabe pontuar que já houve esclarecimento de dúvidas quanto aos atestados emitidos pela empresa, com parecer emitido por esta assessoria no sentido da existência de dúvidas quanto à idoneidade da empresa, o que foi apontado no parecer acostado nos autos do PA 1.615, fls. 1754/1764.

Na ocasião, afirmou o pregoeiro que, quanto à habilitação técnica, os atestados apresentados não possuíam averbação junto ao CREA, razão pela qual solicitou da empresa vencedora cópia dos contratos e as notas fiscais de faturamento respectivas.

A empresa **SD ENGENHARIA LTDA**, enviou em 03/06/2024, cópia dos contratos, sem no entanto ter encaminhado as notas fiscais requeridas. Após abertura de novo prazo, a empresa encaminhou a nota fiscal de nº 373, com valor total de R\$ 1.752.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil reais), emitida em 03/06/2024 às 15:34:13, ou seja, **durante a sessão do pregão** referente aos serviços de locação de equipamentos, prestados a empresa **CONE ENGENHARIA**, discriminando no corpo da NF, o período de 12/11/2022 a





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

31/05/2024.

PROCESSO N° 16433  
DATA 02/07/24  
Folhas N° 48 Rubrica

Assim, o pregoeiro responsável encaminhou os autos à esta assessoria para que fossem sanadas os seguintes questionamentos: a) se a prestação do serviço sem a emissão de Nota Fiscal à época própria configura fraude ou tão somente descumprimento de obrigação acessória; b) se os documentos apresentados (contratos de prestação de serviço, recibos de pagamento e comprovantes de depósitos bancários) se constituem em comprovantes de despesa e, portanto, se prestam a atestar a execução dos serviços; e c) se tais documentos possuem valor probante, com o intuito de subsidiar a decisão deste pregoeiro.

Tendo sido concluído, por esta assessoria o seguinte: “Diante do informado, entende-se esta assessoria pela deve ser verificada se o não cumprimento da obrigação acessória de emissão da nota fiscal foi falha eventual ou se se constitui em verdadeiro *modus operandi* da empresa para se furtar do cumprimento de obrigações tributárias principais, de toda sorte, no caso em análise, apenas ter emitido a nota em 03/06/2024, ou seja, durante a sessão do pregão causa estranheza à esta acessoria, fazendo com que os documentos apresentados, possuam sua idoneidade questionável.”.

Diante do exposto o pregoeiro solicitou da empresa licitante SD ENGENHARIA LTDA, o envio formal dos contratos e, após a realização de nova diligência, a empresa CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, além de reconhecer os atestados, contratos e comprovantes de pagamento, justificou ainda a dúvida quanto à emissão à destempo do Documento Fiscal.

Entretanto, embora as dúvidas parecessem sanadas, em 18/06/2024, outra empresa participante do certame, MOVE TERRA ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, trouxe novos fatos a serem analisados, quais sejam: a) as empresas CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – LOCATÁRIA e a SD ENGENHARIA LTDA – LOCADOR, possuem o mesmo endereço como sede – Rua Senador Dantas, nº 07, 10º andar centro – Rio de Janeiro – RJ; b) a Sócia proprietária da empresa CONE





ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, e signatária dos atestados de capacidade técnica-operacional, apresentados no certame, Sra. ELZA MARIA MOREIRA DE ARAUJO DUTRA, é mãe do sócio proprietário da empresa SD ENGENHARIA LTDA, Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA; e c) o Sr. VINÍCIUS ARAUJO DE SOUZA, atua como responsável técnico em ambas as empresas.

Diante dos fatos apurados, os autos foram novamente encaminhados à esta assessoria para análise e emissão de parecer jurídico.

É o relatório, passa-se à fundamentação.

## II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se o que dispõe a Nova Lei de Licitações sobre recursos no bojo do procedimento licitatório.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) anulação ou revogação da licitação;*
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N.º 16433

DIA 08/01/24

Folhas N.º 002 Rubrica B

[...]

*§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)*

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

No caso em análise, como medida de apoio, o pregoeiro entendeu pelo encaminhamento dos autos à esta assessoria, por se tratar de questão eminentemente jurídica.

Entretanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e demais questões incidentais que surgirem no bojo do procedimento licitatório, e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços Públicos, responsável pelo procedimento licitatório, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.